



## **NEURODIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RELATOS DE UMA FORMAÇÃO DOCENTE**

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.2265

**Angélica da Costa<sup>1</sup>; Ruan Carlos Sansone<sup>2</sup>; Viviane Cristina de Mattos Battistello<sup>3</sup>; Raquel Von Hohendorff<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Especialista em Educação Inclusiva e Especial, Gestão da Diversidade nas Organizações, Terapia de Casal e Família, e Intervenções em Situações de Luto. Graduada em Serviço Social. E-mail: angelcosta@unisinos.br

<sup>2</sup> Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Pedagogo, Psicopedagogo Orientador Educacional. Pedagogo do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: sansoneruancarlos@gmail.com

<sup>3</sup> Pós-doutoranda (Bolsista CNPq) e Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Mestra em Letras na Universidade Feevale. Pesquisadora e Psicopedagoga E-mail: vivimattos@feevale.br

<sup>4</sup> Pós- Doutora em Direito, Professora do Programa de Pós Graduação em Direito, atua no Núcleo de Formação Docente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: rhohendorff@unisinos.br

**Resumo:** Este estudo apresenta os resultados de uma oficina de formação continuada sobre neurodiversidade, direcionada a professores do ensino superior. A atividade, que incluiu a utilização de estações sensoriais e a discussão de casos práticos, visou sensibilizar os docentes para as especificidades dos estudantes neurodivergentes. Os resultados demonstram a importância da formação continuada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Ao vivenciar diferentes estímulos sensoriais, os professores puderam compreender melhor as dificuldades enfrentadas por esses alunos e adaptar suas estratégias de ensino, tornando o ambiente de aprendizagem mais acolhedor e equitativo. A oficina contribuiu para a construção de um espaço de reflexão sobre a importância da inclusão e da valorização das diferenças no contexto educacional.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Formação Continuada de Docentes; Inclusão

### **INTRODUÇÃO**

A formação docente emerge como um pilar indispensável e urgente na busca por avanços na educação, especialmente no que diz respeito aos processos de inclusão no ensino superior. Para Oliveira (2013), os docentes são os maiores mediadores da inclusão de estudantes com deficiência nas salas de aula do Ensino Superior, porém, o despreparo e o tradicionalismo podem ser impeditivos para que essa inclusão aconteça tanto nos espaços sociais, quanto educacionais.

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Essa inclusão não se limita àqueles com deficiência, mas abrange todos os estudantes com necessidades específicas, garantindo que sejam acolhidos e valorizados em suas diferenças. Nesse contexto, a universidade assume um papel central na promoção da diversidade na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

A discussão sobre formação docente se mostra necessária, pois professores universitários relatam não se sentirem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que gera



insegurança e dificulta a criação de ambientes inclusivos. Para Mantoan (2003, p. 43) “ensinar, na perspectiva inclusiva, quer dizer ressignificar o papel do professor, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”.

Para isso, o Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) desenvolveu as etapas de planejar e coordenar uma oficina para formação docente de uma Instituição de Ensino Superior (IES), com o tema da Neurodiversidade. O NAE é composto por uma equipe multiprofissional especializada, que desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. As ações desenvolvidas pelo NAE envolvem acompanhamento individualizado, encaminhamentos e orientações para as professoras e professores nas situações que envolvam orientação pedagógica, psicológica e social, visando a inclusão, participação e a permanência desses estudantes na universidade.

A saber, o termo Neurodiversidade foi cunhado por Judy Singer (1999), socióloga autista australiana, para designar o então nascente movimento de autistas. A autora evidencia que nem todas as pessoas com autismo possuem como comorbidade a deficiência intelectual, sendo muitos deles de “alto funcionamento”. Ademais, destaca-se a emergência da categoria “diferente neurologicamente”, somando-se aos marcadores sociais de classe, raça e gênero, aumentando o alcance da reflexão do Modelo Social de Deficiência (1999, p. 64).

Segundo Araujo et al. (2023), a neurodiversidade inclui uma variedade de transtornos do neurodesenvolvimento e neurológicos, não se restringindo apenas ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Os mesmos autores observam que o movimento da neurodiversidade ainda é pouco conhecido no Brasil e que há falta de pesquisas que integrem essa abordagem às questões educacionais de pessoas com TEA. Nesse contexto, desenvolveu-se esse estudo cujo objetivo é relatar a experiência de planejamento e execução de uma oficina de formação continuada para docentes universitários sobre neurodiversidade.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se refere a um relato de experiência do tipo descritivo e reflexivo. Desse modo, caracteriza-se como “um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica” (Mussi et. al, 2021, p. 65).

Motivados pelos relatos de professores sobre as necessidades de seus alunos neurodivergentes, o NAE e o Núcleo de Formação Docente ofertaram uma formação específica para desenvolver



práticas pedagógicas mais inclusivas. No que se refere à formação docente, Isaia e Bolsan (2011) relatam que a formação de professor do Ensino Superior está relacionada a ausência da formação prévia e específica para trabalhar com estudantes com deficiência, sobretudo na formação didática e pedagógica.

Diante dessa constatação, organizou-se a “Oficina Neurodiversidade”, que fez parte da trilha intitulada "Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) na Universidade". Essas atividades integraram a programação da Formação Docente de uma IES privada e comunitária localizada no Rio Grande do Sul. O tema central da formação foi "Nossa sala de aula é o mundo: Conexões", promovendo a reflexão sobre as diferentes formas de aprender. As atividades foram divulgadas por e-mail, site<sup>1</sup> e outros canais de comunicação interna da IES para que os professores pudessem se inscrever. Assim, em agosto de 2024, no período da noite ocorreu a oficina, que mesclou teoria e prática sobre neurodiversidade, apresentando conceitos fundamentais, tipos de neurodivergência e suas características. Para enriquecer a discussão, foram compartilhados relatos de casos de estudantes atendidos pelo NAE, respeitando a ética e destacando desafios e potencialidades desse público.

Além disso, realizou-se a dinâmica “Estação Sensorial”, a fim de proporcionar aos participantes uma experiência sensorial e reflexiva sobre as diferentes formas de estar no mundo. A dinâmica foi organizada utilizando materiais previamente selecionados, constituindo-se em um recurso pedagógico para promoção dos estímulos de percepção sensorial e favorecimento da construção de conhecimentos de forma multissensorial, incentivando a reflexão. Os professores tiveram entre 2 a 5 minutos em cada estação, passando assim, por todas as estações. Após o momento de experimento e sensibilização, os coordenadores da oficina estimularam a discussão sobre os significados da experiência para os professores.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A oficina sobre neurodiversidade foi idealizada para aproximar a teoria da prática docente. Com o objetivo de sensibilizar os professores para as diferentes formas de aprender, inicialmente a oficina apresentou o conceito de neurodiversidade. Ressalta-se que o movimento de neurodiversidade é um movimento social que busca direitos civis, igualdade, respeito e inclusão social plena para os neurodivergentes. Compreende-se que esse público contempla as pessoas que possuem uma condição neurológica atípica, ou seja, diferente do padrão esperado pela sociedade. Em consonância a temática

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://eventos.unisinos.br/formdocente242/>. Acesso em: 23 jan. 2025.



proposta, Araujo et. al (2023, p. 6) afirmam que é crescente o “movimento da neurodiversidade, o aumento do diagnóstico de crianças e adultos com TEA”, além dos índices em elevação das matrículas no ensino superior, tais fatos ressaltam a relevância para pesquisas e intervenções acerca das concepções de docentes sobre o contexto da neurodiversidade.

Assim, na sequência das atividades ocorreu a explanação sobre as principais características sobre o TEA e outras condições associadas ao neurodesenvolvimento. O TEA é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por alterações persistentes na comunicação social, na interação e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Vianna et al., 2023). Observa-se que com o aumento da prevalência de crianças com TEA, estima-se também um aumento na prevalência dessa população adulta. As pesquisas apontam que dos 6,6 milhões de indivíduos com TEA, 5,3 milhões são adultos (Armonia e Bernal, 2023).

Outras condições enquadram-se ao neurodesenvolvimento como comorbidades, dentre elas Transtorno da Leitura e Escrita (Dislexia), Transtorno da coordenação motora ou dispraxia; Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH); Déficit de aprendizagem (que dificulta leitura e escrita); Síndrome de tourette; Transtornos psicológicos, como o transtorno dissociativo de identidade, e outros. É pertinente que o professor compreenda tais conceitos, pois estão diretamente relacionadas ao modo de aprendizagem.

Na segunda parte apresentou-se os dados oficiais sobre a prevalência do TEA, os dados institucionais e os dados do Censo do Ensino Superior. De acordo com pesquisa de Junior et al, 2024, a prevalência crescente de indivíduos com TEA em diferentes níveis educacionais, incluindo o ensino superior, destaca a necessidade de uma compreensão aprofundada dos fundamentos do transtorno, bem como a adaptação dos ambientes universitários para promover uma inclusão significativa. Dados recentes apontam que 62,1 milhões de pessoas no mundo apresentam TEA (The Lancet, 2024). No Brasil os dados oficiais são incipientes, mas conforme IBGE (2023) estima-se há 2,7 milhões de brasileiros com TEA, sendo que há 21.207 registros na Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul-FADERS (2024) e 6.063 estudantes com TEA no ensino Superior no ano de 2022, conforme Brasil (2023).

Na terceira parte, realizou-se a dinâmica da estação sensorial, apresentou-se o relato de casos e roda de conversa com os participantes para discussão e reflexão sobre a temática. A dinâmica da estação sensorial visou aproximar os participantes da condição de falhas no processamento sensorial, que pode estar associado ao TEA, acarretando prejuízos na aprendizagem e impacto no desempenho



funcional. Com base nos estímulos de natureza gustativa e/ou olfativa, tátil, auditiva, visual, vestibular e proprioceptiva, organizaram-se as estações paladar, olfato, tato, audição, visão e cognitiva. Desse modo, os participantes foram vivenciando vários estímulos para posteriormente explicar suas sensações e percepções.

A pesquisa de Souza e Nunes (2018) aponta que a integração sensorial é um processo neurológico que organiza as sensações do corpo e do ambiente, permitindo que a pessoa reaja de forma adaptativa. Recentemente, a literatura científica tem mostrado um aumento significativo de estudos conectando os sintomas do TEA a dificuldades no processamento e na integração de estímulos sensoriais. As mesmas autoras ainda destacam que pessoas com Transtornos de Modulação Sensorial (TDS) têm dificuldade em regular suas respostas a estímulos sensoriais. Isso pode levar a comportamentos repetitivos, como aversão a texturas ou resistência a mudanças, comuns em indivíduos com TEA, alterando o processo de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de planejamento e execução de uma oficina de formação continuada para professores e professoras universitárias, com foco na neurodiversidade. A atividade promoveu a troca de conhecimentos e experiências, incentivando a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas. Os resultados evidenciam a relevância da formação continuada para a sensibilização dos docentes sobre as necessidades dos estudantes neurodivergentes. A utilização de recursos como estações sensoriais mostrou-se eficaz para promover uma compreensão mais profunda das experiências desses alunos e, conseqüentemente, adaptar as práticas pedagógicas para uma aprendizagem mais inclusiva.

A oficina de formação continuada sobre neurodiversidade proporcionou um espaço para reflexão e troca de experiências entre professores, evidenciando a importância da formação docente para a inclusão. Ao explorarem recursos como estações sensoriais, os participantes desenvolveram uma compreensão mais profunda das necessidades dos estudantes neurodivergentes e puderam adaptar suas práticas pedagógicas, tornando o ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor. Essa iniciativa demonstra a relevância de investir na formação continuada dos docentes para garantir a qualidade do ensino e promover a inclusão de todos os alunos.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e**



**Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-247367>. Acesso em 22 jan. 2025.

ARMONIA C. A.; BERNAL, M. P.. Abordagem multidisciplinar no autismo. In: DEL PORTO, J.A.; ASSUMPCÃO JR., F. B. (Org.). **Autismo no adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. INEP. Resumo Técnico: **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf). Acesso em 20 jan. 2025

FADERS – Acessibilidade e Inclusão. Características da população com transtorno do espectro autista no Estado do Rio Grande do Sul: resultados obtidos por meio das solicitações das carteiras de identificação do transtorno do espectro autista – **CIPTÉA**. 3. ed. Porto Alegre: FADERS, 2024. Disponível em: <https://www.faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202404/02060150-caracteristicas-da-populacao-com-autismo-3-edicao.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERREIRA de Souza, Renata, e de Paula Nunes Débora Regina. Transtornos do processamento sensorial no autismo: algumas considerações. **Revista Educação Especial**, vol. 32, p.1-17, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313158902022>. Acesso em 22 jan. 2025.

THE LANCET. Epidemiologia global e carga de saúde do espectro do autismo: descobertas do estudo da carga global de doenças de 2021. **The Lancet Psychiatry**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 215-223, 2024. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(24\)00363-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(24)00363-8/fulltext). Acesso em: 24 jan. 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022 (PNADc). Rio de Janeiro: IBGE; 2023.

ISAIA, S. A.; BOLZAN, D. P. V. Formação do professor no Ensino Superior: Um processo que se aprende? **Revista do Centro de Educação UFSM**, Santa Maria, v. 29, n. 2, p. 121-133, 2011.

JUNIOR, Porto; REBOUÇAS, Francisco Gilson; CAPUZZO, Denise de Barros. **Educação inclusiva: da Escola à Universidade**. Editora: Observatório Edições. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? e como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em 22 jan. 2025.



OLIVEIRA, Cristina Borges de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidades? **Revista Brasileira de Educação**, Niterói, v. 18, n. 55, p. 961-1065, 2013.

SINGER, Judy. “Why can’t you be normal for once in your life?” From a ‘problem with no name’ to the emergence of a new category of difference”. In: CORKER, M.; FRENCH, S. (Orgs.). **Disability discourse**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1999. p. 59-67.

SOUZA, Renata Ferreira de; NUNES, Débora Regina de Paula. Transtornos do processamento sensorial no autismo: algumas considerações. **Revista Educação Especial**, São Paulo, v. 32, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X30374>. Acesso em: 22 jan. 2025.